

Sumário

Prefácio	XI
Introdução	1
Capítulo 1 – As Dimensões de Direitos Fundamentais	3
1.1 – Breve escorço histórico pelas dimensões	3
1.2 – Primeira dimensão de direitos fundamentais.....	8
2.3 – Segunda dimensão de direitos fundamentais	10
2.4 – Terceira dimensão de direitos fundamentais	12
2.5 – Quarta dimensão de direitos fundamentais.....	15
2.6 – Quinta dimensão de direitos fundamentais.....	16
2.7 – Sexta dimensão de direitos fundamentais	19
2.8 – Sétima dimensão de direitos fundamentais (direito à impunidade?)	22
Capítulo 2 – Sétima dimensão de direitos fundamentais.....	25
2.1 – Direito fundamental à probidade e à boa administração pública.....	25
2.2 – Relação direta entre a violação dos direitos fundamentais de sétima dimensão e o aumento do ativismo judicial	42
2.2.1. Definição de ativismo judicial.....	43
2.2.2. A Lei n.º 13.300/2016 e a deferência do legislador ao ativismo	45
2.2.3. A face negativa do ativismo e o limite do Poder Judiciário	46
2.3 – Judicialização por reformas e obras em prédios públicos para garantir a acessibilidade dos cidadãos	48

2.4 – Judicialização pelo direito à saúde e manutenção de medicamento em estoque	51
2.5 – Judicialização pela garantia da educação básica.....	54
2.5.1 – Esforço Legislativo para garantir os direitos das crianças	57
2.5.2 – Principais alterações legais com o advento da Lei que estipulou o marco legal da primeira infância	60
2.6 – Judicialização no âmbito penitenciário - Ausência de investimentos estruturais no sistema x superpopulação carcerária	63
2.6.1 – Equivocado processo de desencarceramento ocasionado por violações à probidade e à boa administração pública.....	66
2.6.1.1 – Reflexos nocivos do desencarceramento e consequente ciclo de violações de direitos.....	70
2.7 – Do desestímulo patriota e consequente sonegação de tributos em decorrência das violações aos direitos fundamentais de sétima dimensão	78
2.8 – Do êxodo para outros países.....	79
Capítulo 3 – Medidas para combater as violações sistemáticas à Probidade e à boa Administração Pública	81
3.1 – Emenda Constitucional para implementar expressamente a probidade e a boa administração pública como direitos fundamentais.....	81
3.2 – Ampliação da abrangência da Ação Popular (Lei n.º 4717/65)	85
3.3 – Mais Transparéncia no processo licitatório e celebração de contratos	87
3.4 – Recrudescimento no combate aos crimes contra administração pública e os demais que envolvam a probidade e a boa administração pública	89

3.5 – Necessidade de incremento de Delegacias de Polícia Civil Especializadas no combate à corrupção e lavagem de capitais	91
3.5.1 – Autonomia administrativa, financeira e organizacional à Polícia Federal e Polícias Civis	93
Capítulo 4 – Considerações Finais	95
Referências	99